



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELATO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANGOLA SOB O GOVERNO DO MPLA: um estudo sobre a liderança e a relação dos dois primeiros Presidentes da República com a sociedade (1975 – 2017)

PAULINO PAULO SIMÃO

Redenção – CE

2022

PAULINO PAULO SIMÃO

ANGOLA SOB O GOVERNO DO MPLA: um estudo sobre a liderança e a relação dos dois primeiros Presidentes da República com a sociedade (1975 – 2017)

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito básico para a conclusão do Curso de Bacharelato em Administração Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Barbosa da Conceição

Redenção – CE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Simão, Paulino Paulo.

S596a

Angola sob o governo do MPLA: um estudo sobre a liderança e a relação dos dois primeiros presidentes da República com a sociedade 1975 - 2017 / Paulino Paulo Simão. - Redenção, 2022.

52f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profa. Eliane Barbosa da Conceição.

1. Governo pós independência. 2. Sociedade Angolana. 3. Patrimonialismo. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 352

PAULINO PAULO SIMÃO

ANGOLA SOB O GOVERNO DO MPLA: um estudo sobre a liderança e a relação dos dois primeiros Presidentes da República com a sociedade (1975 – 2017)

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus do Ceará.


Aprovado em: 29/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO
Data: 03/08/2022 14:46:07-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Eliane Barbosa da Conceição (orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente
 ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN
Data: 12/08/2022 14:38:36-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente
 ITACIR MARQUES DA LUZ
Data: 04/08/2022 00:32:06-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Itacir Luz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico este trabalho aos meus país e os demais estudantes angolanos que dedicam seus esforços, tempo e recursos para se formarem no estrangeiro para mudar Angola e precisam conciliar seus estudos com as pressões profissionais e de sustento mesmo quando o contexto não colabora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, o Senhor da minha vida pelas bênçãos e vitórias. Nunca me deixou andar só e nem faltar nada.

À minha família, em especial os meus pais José Kulongana Vita Muinga, Albertina Manson Diogo Caxala e Certeza da Memória por estarem sempre presentes, me apoiando, confiando, acreditando em mim e no caminho que escolhi.

Igualmente agradeço á UNILAB e seu todo aparato docente pelo privilégio e oportunidade de me aceitar como seu aluno, especialmente a minha orientadora professora Eliane Barbosa da Conceição por lutar por mim.

Gratidão também aos meus amigos que nessa caminhada as vezes turbulenta da vida aqui, continuam do meu lado.

A todos que cruzaram o meu caminho e que de alguma forma contribuíram este dia acontecer.

- O mundo é grande o suficiente para caber todos os alvos e metas, o melhor de tudo é que ele é meu.

- Salmo 128:1-2

RESUMO

Este trabalho objetivou a identificar e expor o padrão de governação do partido que dirige Angola desde a independência, com António Agostinho Neto, primeiro presidente, até o final do mandato do segundo, José Eduardo dos Santos, mostrando como o governo se relaciona com a sociedade. Por meio de abordagem explicativa embasada em dados bibliográfico, o estudo apresenta acontecimentos históricos ocorridos após a independência que determinaram a tomada do poder absoluto pelo MPLA e como influenciou o estado do país. Entre esses acontecimentos ocorridos que o trabalho apresenta, figuram temas como: perseguição às vozes contestatárias, assassinatos dentro do partido, corrupção na presidência da República que se estende a todas as esferas da sociedade, apropriação de bens públicos e concessões de privilégios. A condição do país é resultado destes. O estudo conclui que o cenário socioeconômico e político atual do país apresentará melhoria apenas com a destituição de poder do atual regime e a inatividade das entidades do executivo, pois que eles reproduzem diretamente o colonialismo português pelo qual foram formados.

Palavras-chave: Governo pós independência; Sociedade Angolana; Patrimonialismo.

ABSTRACT

This work aimed to identify and identify the governance pattern of the party that has ruled Angola since independence, with António Agos until the final president of the second term, José Eduardo dos Santos, how the government relates to society. Through an explanatory approach based on bibliography, the study presents historical data that occurred after independence that determined the MPLA's seizure of absolute power and how the state of the country was influenced. Among these events that took place in the work, there are themes: persecution of contestations by public entities, manifestations of society, organizations of the Republic, which extend to all as, within the appropriation of rights. The condition of the country is a result of these. The study concludes that the country's current socioeconomic and political scenario will improve only with the removal of power from the current regime and the inactivity of the executive entities, as they directly reproduce the Portuguese colonialism by which they were formed.

Keywords: Post independence government; Angolan Society; Patrimonialism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. O problema	12
1.2. Objetivos.....	13
1.3. Justificativa.....	13
1.4. Metodologia.....	14
1.4.1. Delimitação da pesquisa	14
1.4.2. Estrutura do trabalho.....	14
2. O GOVERNO DE ANTÓNIO AGOSTINHO NETO (1975-1979)	15
2.1. Características do Estado no primeiro governo	16
2.2. A política interna.....	17
2.3. A tratativa do governo de Agostinho Neto	19
2.4. A política macroeconômica de Neto	21
2.5. A política externa	26
2.5.1. Aliança à Organização da União Africana	26
2.5.2. Aliança à Comunidade dos Estados da Linha da Frente	27
3. O GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS (1979-2017)	27
3.1. Breve biografia de José Eduardo dos Santos até a independência.....	27
3.2. A política interna.....	28
3.2.1. Período 1979 – 1990	29
3.2.2. Período 1990 – 2002.....	31
3.2.3. Período 2002 – 2017	32
3.3. O Desenvolvimento Humano e econômico de 2002 - 2017	33
3.4. Corrupção – O câncer do governo JES	37
3.5. A sociedade atual	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1. INTRODUÇÃO

Angola é um país africano, reconhecido pelo mundo, primeiro como uma província ultramarina do colono português, naquele mundo exploratório protagonizado pela Europa, e depois por sua independência, conhecida como atípica devido a épica luta de facções e outras armas brancas contra as de fogo do colono. Embora tenha sido a última colônia portuguesa em África a conquistar a independência, o país é também conhecido por sua riqueza em recursos naturais, em especial diamantes e petróleo, este último dá o título ao país de o segundo maior produtor em África, perdendo apenas para a Nigéria. O produto constitui cerca de 85% das exportações do país, aproximando a 50% das receitas do governo (World Bank, 2020, p. *i*). Até 2021 essas receitas da exportação do recurso atingiu uma avaliação de quase 7 bilhões de euros.

Como colônia, obviamente, o país esteve à mercê do sistema exploratório da Europa, especial e diretamente de Portugal, que administrou subjungando o país por meio milênio desde a chegada de Paulo Dias de Novais. Angola tornou-se um palco de negociações e exploração humana, um lugar de experimento político-administrativo e um lar para o colono português, diferentemente do angolano nato, que se viu coagido a aceitar que era menos merecedor de dignidade.

Os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, no reinado de D. João II, chegaram ao Zaire em 1484 e começaram a conquistar essa região, incluindo região que veio a ser organizada em Angola. O primeiro passo foi estabelecer uma aliança com o Reino do Congo, que dominava toda a região. Se estabeleceram na região de Angola e fundam São Paulo da Assunção em 1576, agora a atual cidade de Luanda. Angola torna-se rapidamente a principal força, abastece mercados de escravos para plantações de cana-de-açúcar no Brasil. Portugal usava o seu colonialismo desde o século XIX e para fornecer mão de obra barata para empresas de mineração do Reino Unido, assim aconteceu com a sua exploração de Angola também. Mas um outro sinal do colonialismo português em Angola foi o destaque do racismo, implantado como norma administrativa e política no país (Linhares, 1981). O autor também destaca a forte presença dos alemães, penetrando no processo de mineração de ferro e exploração de petróleo com belgas, mesmo que não tenham se estabelecidos e feito colônia pois seus interesses estavam mais para a vizinhança da região.

Angola começou a viver seus dias de liberdade colonial, desde a declaração de sua independência em 1975, depois de corrida luta liderada por três frentes partidárias nacionais, a UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola) de Jonas Malheiro Savimbi; FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) de Holden Roberto e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) de Antônio Agostinho Neto, esta última frente que concedeu ao povo angolano o primeiro presidente nato, cuja declaração da independência foi de sua autoria com as palavras: *Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola (Antônio Agostinho Neto, 1975)*, dando o início o nascimento da *República Popular de Angola*.

Desde tal ano, o MPLA governa o país entre grandes problemas e pequenas soluções, inúmeros desafios e constrangimentos enfrentados e fortalecendo-se com as experiências, maioria delas desagradáveis, porém consolidando sua realidade, aquela que os filhos da pátria conhecem amargamente bem como os vizinhos e olheiros estrangeiros.

Passados alguns meses, após a Proclamação da Independência a nação angolana se viu afundando num outro problema que transcendia o colonial, com um embate forte entres as três frentes, mas mais acentuado entre o MPLA e a UNITA. Foi dada o início da guerra civil em 1979, podemos afirmar que antes mesmo da independência, já que os três grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português passaram a lutar entre si pelo controle do país, fazendo com que Portugal deixasse a colônia antes do prazo estipulado, essa guerra foi perpetuada por décadas. Enquanto o país governado pelo MPLA, muitos quadros se foram, o avanço pós independência se corrompeu e uma versão de pesadelo do então povo cuja proveniência era a era colonial impiedosa, foi instalada na vida dos angolanos. No que se refere aos danos materiais escolas, hospitais, infraestruturas, pontes e linhas férreas, fato que comprometeu as populações vindouras, uma realidade continuada até o final do confronto armado em 2002.

1.1. O problema

Angola é um país extremamente rico, tanto em recursos naturais quanto em vigor, visto que quase 70% da população do país é jovem e trabalhadora. O país se tornou independente do regime colonial português desde 1975, entretanto, o povo ainda se verifica escassez de serviços públicos de qualidade que respondam as expectativas do povo. A qualidade de vida é cada vez

mais baixa, a deturpação no serviço público e cidadãos comuns é mais frequente no quotidiano, a falta de segurança e saúde dizimam vidas e destroem famílias.

Diante disso, um discurso sobre reconstrução nacional dos estragos da guerra e vem sendo repetido há décadas, promessas políticas de melhorias de vida, aumento de empregos e políticas públicas dignas para o povo figuram frequentemente em planos e orçamentos gerais do Estado anos após anos, mas nenhuma é concretizada.

Por esta realidade que levanta questões pertinentes a fim de compreender as motivações desses retrocessos, buscamos responder a seguinte questão: como se o governo em exercício se relaciona com a sociedade? como o sólido regime do governo do MPLA, herdado do colono português, tem protagonizado a condição social de Angola?

1.2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos governantes de Angola no período que se estendeu da independência até o ano de 2017. De fato, durante todos esses anos, o país teve apenas dois governantes e o presente trabalho trará luz sobre diversas dimensões desses dois mandatos, concentrando atenção no modo como os dois mandatários se relacionaram com o povo angolano.

A fim de atingir o objetivo geral proposto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar historicamente um padrão de governação
- b. Evidenciar fatos históricos e recorrentes de grande influência no cenário socioeconômico e político protagonizado pelas políticas do MPLA

1.3. Justificativa

Todo estudo leva consigo objetivos gerais desdobrados em específicos bem com justificativas motivam o fundamento da pesquisa. Para esse trabalho, justificamos o estudo considerando a conjuntura socioeconômica e política de Angola. Existe uma cegueira social por parte da população e uma ruptura no relacionamento do governo MPLA com ela.

A relação do governo com o povo vem se desgastando com o passar dos anos e frequentemente, conflitos singulares e coletivos vem tomando conta do cenário político interno,

o que desencadeia problemas sociais que se materializam em desigualdade social, deficiência na educação, saúde e segurança social, ineficiência nos serviços públicos e no seu quadro de profissionais atuantes.

Ao olhar para a sociedade angolana, percebemos a urgência em reformas das políticas públicas e suas execuções no âmbito de combate a fome, fomento de empregos, melhoria remuneratória, manutenção do saneamento básico, incrementação a economia do país, a prática da liberdade e democracia. Essas questões justificam a abordagem do que trazemos nesse estudo.

1.4. Metodologia

Para a materialização do presente trabalho, recorreremos a métodos de pesquisa descritiva através de um estudo bibliográfico. Neste consentimento, esta sessão busca discorrer sobre a delimitação da pesquisa que por sua vez se subdivide em partes.

1.4.1. Delimitação da pesquisa

O presente estudo limitou-se a abordar a relação do regime e governo do MPLA com a sociedade angolana, analisando o histórico do partido desde a independência até 2017.

Nos concentramos em estudar os dois primeiros governos do país, respectivamente de Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos.

1.4.2. Estrutura do Trabalho

Este trabalho está composto por quatro capítulos, incluindo está introdução onde de modo breve pudemos contextualizar o tema e delimitação do objeto de estudo.

O capítulo seguinte trata do mandato de Agostinho Neto. O terceiro capítulo aborda sobre o governo de José Eduardo dos Santos. Na quarta seção apresentamos as considerações finais, onde evidenciamos pontos de vista do que seria uma Angola futura considerando as condições atuais expostas à mudanças.

2. O GOVERNO DE AGOSTINHO NETO (1975-1979)

Desde a conquista da independência pelo Movimento Popular de Independência de Angola (MPLA), uma série de iniciativas e de ações foram levadas a cabo por sua política externa, a qual foi guiada por uma série de diretrizes explícitas ou implícitas bem como os conflitos de interesses entre o governo de Neto e a oposição, outros até mesmo dentro do próprio partido. Criado o governo, este tinha como tarefa fulcral, repor e assegurar o normal funcionamento do país nos domínios económico, social e político, daí lhe serem atribuídos pela Lei Constituição poderes legislativos em matérias específicas, tendo assim a relativa liberdade de criar e recriar decretos, quase que sem a oposição de outros órgãos do estado

Como mencionado acima, a guerra começou antes mesmo da independência, os movimentos partidários pro-independência já lutavam entre si com o objetivo de ocupar o poder e a declarar a independência, fato esse que embora o colono ter se antecipado a sair. Na manhã do dia 10 de novembro, o poder foi passado aos responsáveis do MPLA. O Alto-Comissário Leonel Cardoso afirmou, em seu discurso, que "deixava Luanda entregue à vontade do seu povo". Após quatro séculos de domínio sobre país, após criar, em África, o que foi considerado como as bases de uma civilização e uma cultura ocidentais, após vencer as barreiras do tempo e das distâncias, "Portugal deixava a terra que colonizou, pela porta dos fundos, numa pequena lancha, que transportava o Sr. Alto-Comissário para bordo de uma fragata, na baía de Luanda (CASCUDO, 1979, P. 130).

Neste intervalo foi declarada como estratégia a opção de que a nação tivesse um cunho socialista onde a centralização de autoridade se expandiria para economia e política (Liberato, 2015, p. 34), dando assim o início ao partido único. Um período muito vizinho da colonização, muitas esperanças alimentadas, alegria e euforia contemplavam o povo e influenciando o corpo executivo em estratégias de construção de um amanhã melhor a par de sistema socialista e mais justo. No entanto a luta contra o colonialismo não tinha sido terminada literalmente com a conquista da independência, pois faltava o estabelecimento de um estado sólido, democrático e justo.

Assim, como Fanon explica em relação aos novos líderes da nações recém independentes: são dirigentes que apresentam uma autêntica falta de nacionalismo, dificultando a unidade nacional; o progresso industrial; apresentam um desconhecimento

em economia; sem priorização de sua identidade cultural; demonstram poucas habilidades republicanas; tem desconhecimento do território do país; tendem a dar continuidade ao sistema exploratório colonial ou até mesmo políticas que facilitem ganhos pessoais e que muitas vezes fazem-nas em parceria com o antigo colonizador (FANON, 1965).

Durante esse período, o novo governo, o primeiro, apresentava uma incapacidade no comprometimento com as necessidades do povo, falta de empatia e com divisões tribais e regionais, fazendo com que houvesse uma disputa, tanto política quanto cultural entre a diversidade étnica do país, razões que tornavam incapaz de integrar o país em uma reconstrução nacional. O país se dividia por modelo de fidelidade regional ligada diretamente à origem do movimento partidário ou de seu líder. A região norte, embora em partes lideradas pelo MPLA, era maioritariamente solidária à FNLA de Holden Roberto; a região sul se mostrava devota à UNITA de Jonas Savimbi e o centro, Luanda e arredores, fiéis ao partido MPLA de Agostinho Neto.

2.1. Características do Estado no primeiro Governo

Por meio da lei nº1/75 de 12 de Novembro, foram criados 10 ministérios e 7 secretarias de estado e pela mesma lei foram nomeados os membros do 1º governo que tomariam posse a 14 de Novembro de 1975, tendo como figuras de proa; Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento, Membro do Bureau Político do MPLA, Primeiro Ministro e chefe do Governo; José Eduardo dos Santos, Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro das Relações Exteriores; Henriques Teles Carreira, Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro da Defesa; Alves Bernardo Baptista (Nito Alves), Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro da Administração Interna (VAN-DUNEM et al, 2008, p 240).

O novo estado angolano lidou com a questão urgente de instabilidade político-militar, resultado do conflito armado que tinha sido aberto no início de 1975, pois a divisão territorial proposta no acordo de Alvor era encarada como uma simples formalidade política. A tarefa primária do novo governo, repor e assegurar o normal funcionamento do país nos domínios económico, social e político, daí lhe serem atribuídos pela Lei Constituição poderes legislativos em matérias específicas, tendo assim a relativa liberdade de criar e recriar decretos, quase que sem a oposição de outros órgãos do estado.

2.2. A política interna

A implementação do plano de construção do socialismo marxista-leninista foi o principal objetivo do Estado angolano, e por causa dessa tarefa deste país, para realizar esse desejo, houve trabalho em várias frentes para torna real tal desiderato, a ponto de questionar as liberdades fundamentais do homem de tempos em tempos. Segundo (Mosca 1999), durante a implementação do socialismo, enfatizou-se que "os planos eram obrigatórios e têm força de lei, e as decisões de não deve ser discutida, mas implementada, a política estava definida de modo centralizado e restrito" (MOSCA 1999, p. 83). A institucionalização do sistema de partido único, surge não apenas por influência do Marxismo-Leninismo, mas também pelo fato do MPLA não contar com os outros movimentos políticos para a construção do estado, por considerá-los, contrarrevolucionários, aqueles que lutavam contra a libertação de Angola. A necessidade, decorre também de uma lógica, de estabilidade da ordem pós-colonial, que para o caso de Angola requeria unidade e coesão nacional, sem lugar a divisão de qualquer natureza no seio do povo.

No processo de construção socialista, se fazia necessário envolver todo o povo nos mesmos meandros "benéficos", para que a constituição desse lugar à expansão das escolas do partido e introduzir o sistema de educação de conteúdo socialista marxista e sua importância no mundo e em Angola, lembrando o quão nocivo seria o capitalismo para os angolanos. Para Neto, a ditadura era um parâmetro para a reconstrução da sociedade angolana, da consolidação da independência e da generalização do poder popular e que tal ditadura seria exercida pela classe operária e camponesa:

“[...] neste momento, em que nós estamos a pôr as primeiras pedras, para o alicerce socialista do nosso País, temos de aplicar a Ditadura do proletariado como uma fase de qualquer tentativa de fraccionismo, de separação de anti-MPLA” (NETO, 1977)

Fanon destaca uma verdade importante, quando expõe que a libertação e renascimento nacional, a restituição da nação do povo, ou quaisquer que sejam as rubricas atribuídas ou fórmulas introduzidas, o processo de descolonização é sempre um fenômeno violento (FANON, 1961, p 18). Tal descolonização não é a de expulsar o colono ou cooperar com ele estrategicamente; a que nos referimos aqui é o processo de se firmar como nação, baseando suas políticas, economia e outras políticas públicas ao caráter original e cultural do povo, o processo dirigido por governantes filhos adotivo do colonialismo, sendo assim, é um processo

de reprodução de tudo que a colonização trouxe, no caso, especificamente a violência, independente do jeito que ela se manifesta.

Embora que no país as origens do confronto entre os dois partidos possam ser intuídas em diversos discursos, por vezes contraditórios, nas disputas ainda existentes no seio da liderança do movimento nacionalista, a sua afirmação inequívoca só aparece após a independência. A liderança de Agostinho Neto, esmagando ameaças à sua liderança através de expurgos partidários brutais e subsequentes "movimentos de retificação" partidária após a tentativa frustrada Nitista de golpear em 27 maio de 1977.

Durante a preparação do primeiro congresso em 1977 surgiu o conflito entre as duas alas do partido após uma luta direta entre as duas posições sociopolíticas de princípios contrários que vinham se solidificando no interior do Bureau Político e no Comitê Central que eram os principais órgãos de administração e gestão política do então sistema político socialista (VIDAL, 2016):

Ala progressista-socialista - Esta ala defendia o progresso de um socialismo mais firme e se opunha ao que intitulavam de práticas antirrevolucionárias, nomeadamente o mercado negro, o desvio da produção e o não cumprimento das metas de abastecimento popular, e defendiam também uma maior parceria e cooperação económica com os países progressistas, em especial a antiga URSS e Cuba.

Os progressistas socialistas eram a favor de uma gestão pública velado por critérios com ideologia revolucionária progressista-internacionalista na qual o topo do partido seria estrategicamente dirigido por uma administração de teoria de Marx e de Lenin. Estes são os que assumiam uma posição mais centralizadora, defendendo o controle das iniciativas populares pelo partido (RIBEIRO, 2016, pp. 6-7). A ala progressista socialista apresentava um caráter radical, assim como afirma argumenta Vidal:

Em termos de política externa, esta ala sustentava um alinhamento intransigente e radical ao lado de outros países socialistas, reforçando a presença cubana a todos os níveis da cooperação (militar e civil), rejeitando quaisquer concessões em relação às exigências dos EUA/ África do Sul para uma retirada das tropas cubanas e qualquer relação entre a presença das tropas cubanas em Angola e a implementação da resolução 435 das Nações Unidas (que determinava a independência da Namíbia). (VIDAL, 2016, p.820)

Ala liberal - Esta era a ala da defesa da tradição do povo e da cultura, antes vituperada pelo colono, e incrédula ao socialismo marxista. Com um caráter bem mais liberal, essa ala

apresentava uma proposta mais pragmática e flexível, cooperando com a organização da economia e da política conforme iam se desenvolvendo. Embora consideravelmente socialista, sua flexibilidade leva para dentro do partido e do sistema de governação estratégias indiretamente vinculadas aos esquemas de arbitragem entre mercados oficiais e paralelos, ou negócios privados, porém mantidos por um sistema hierárquico de privilégios cujo dominantes são os cabeças do topo do partido.

Sua gestão política era de caráter nacionalista. Um nacionalismo no sentido de respeito ao peso demográfico de cada segmento de elite no interior do Partido. Segundo (Vidal 2016) ...embora menos assimilados, do interior e genericamente menos versados em teoria marxista-leninista, poderiam finalmente atingir a primazia política, destronando a ala socialista intelectual/ideóloga, incluindo a sua base sociológica, que desde o tempo colonial fora relativamente privilegiada. Ou seja, a origem do indivíduo, ainda que não apresentasse um verdadeiro nacionalismo e luta para uma sociedade mais justa, era um parâmetro de aceitação e privilégio. (VIDAL, 2016, p.821-822)

Ora, essas alas, de certo ponto, são resultadas não apenas de uma visão estratégica, mas também das rivalidades étnicas que tiveram apoios ideológicos de países que nos bastidores estiveram interessados no domínio sobre o território angolano, as riquezas minerais, devido a sua posição geográfica. O povo vinha do medo, da incerteza de que se amanhã terá o que comer ou se será ao menos tratado com dignidade, e pela esperança que encontrava no governo nato, acabou de se submeter aos comandos de interesses partidários do MPLA, gerando assim um descontrolo de o governo reconstruir o país, a cultura e a tradição do povo.

2.3. A tratativa do governo de Agostinho Neto

O governo Neto apresentava características um tanto individuais, destacando sua hibridez como presidente apresentando características de ambas as alas, no entanto sua forte influência e controle pessoal sobre o partido e seus membros ajudou-o a optar mais para o lado liberal.

A sociedade angolana já havia passado por um autoritarismo durante a colonização, comandada pelo Estado colonial português de Salazar e, posteriormente, o próprio governo pós-colonial adotando obrigatoriamente o regime de Partido Único marxista e leninista, deu continuidade à tratativa autoritária, desta vez, Neto em sua posição confortável e nas graças do povo que via o MPLA como o libertador, impôs seus termos quanto abertos como silenciosos. A população se constituía uma ameaça para o então presidente e para o governo, o que levaria

Neto a recorrer à força policial para ter tudo no controle. O partido foi construído sob o princípio leninista do centralismo-democrático, era caracterizado por uma centralização de poder e democracia seletiva, concordava ainda com um sistema em que não pudesse haver autonomia da população forçando-a o contentamento com o partido único e do Estado.

Os governos atuais são uma reprodução do que era o primeiro, o acúmulo de responsabilidade e cargos superiores no aparelho do estado era uma característica do governo Neto. O primeiro presidente acumulava para si cargos como Tesoureiro, Secretário-geral, General do exército (chefe do estado maior das FAPLA), e ainda uma grande influência literária com a criação da União dos Escritores Angolanos cujo suposto objetivo era a promoção da consciência política revolucionária para que também houvesse uma libertação dos costumes e mentalidades, causadores do atraso social (Souza, 2019, p. 65). Como missão especial criar um imaginário nacional de que havia unidade entre os indivíduos e territórios do país. É interessante observar a demonização e criminalização dos outros movimentos partidários, em especial seus líderes que quase nunca tinham sido heróis nas literaturas, afinal, a União dos Escritores era seletiva e corroborava com o bel-prazer do partido, sugerindo uma Angola de partidários, no caso, o partido dos camaradas e não uma Angola dos angolanos.

Em *Os condenados da terra*, Fanon um reparo sobre um comportamento padrão dos países recém independentes de colonização, o que se enquadra no estilo governado por Neto, o autor fala “O Estado que pela sua robustez e ao mesmo tempo pela sua discricção, deveria dar confiança, desarmar, adormecer, impõe-se ao contrário espetacularmente, se exhibe, maltrata, molesta, faz com que o cidadão veja que está em perigo eminente. O partido único é a forma moderna de ditadura burguês sem máscara, sem escrúpulos e cínica” (FANON 1961 p. 86).

Olhando para esse argumento de Fanon, vemos uma Angola monopartidária embutida nesse discurso, com um governo que não tolerava erros ou pensamento contrário, entretanto, essa forma de governo nunca vai longe devido sua própria contradição, ou seja, tanto se fez em prol da independência colonial que proporciona um cativeiro ao povo para ter que se repetir dissimuladamente o mesmo com os compatriotas. Segundo Mateus (2012), desde cedo como presidente do partido, os problemas de dissidência eram resolvidos por meio de execuções e torturas. Agostinho Neto defendia um regime em que não houvesse qualquer autonomia da população em face do partido único e do Estado. Afinal, seu governo era apoiado aos resquícios da elite metropolitana, na sua maioria esmagadora branca e mestiça, ou seja, enfaticamente contraria ao povo que havia apoiado a conquista ao poder.

A tratativa do governo Neto era nada mais e nada menos que uma faixada do então regime colonial maquiado em uma independência territorial e não ideológica, política e socioeconômica. O autoritarismo leva o governo a adotar ainda a criação de uma polícia política, o Departamento de Informações e Segurança de Angola (DISA), seguindo a mesma linha de ações repressoras e violentas da PIDE, a homóloga portuguesa, que tanto oprimiu e vitimizou o povo angolano (MARQUES, 2012).

Hoje, muito se pergunta sobre os reais ocorridos nesse governo, e nota-se uma incapacidade de resposta contundentes em relação aos fatos de terror, como o de 27 de maio de maio de 1976. Incapazes de negar muitas das barbáries (assassinatos extrajudiciais, fuzilamentos e torturas em campos de concentração) acometidas no governo Neto, membros assíduos do MPLA argumentam que tais ocorrências não deve ser necessariamente atribuída de modo direto para o presidente Agostinho Neto, mas para os órgãos de segurança do Estado que muitas vezes agiram para salvaguardar os interesses do partido face ao conflito civil bem como os interesses da nação diante do posicionamento a nível mundial, pois, Neto nada sabia.

Entretanto, torna-se muito fora de cogitação considerar tais argumentos quando frases como: “nós empreendemos uma ação no sentido de eliminar aquelas tendências que não se conformam com a linha política do MPLA. Estabelecemos uma ditadura e é debaixo dessa ditadura que nós vivemos. Não somos uma democracia burguesa em que cada um vem com a sua teoria para nos dizer aquilo que devemos fazer” proferidas no Discurso à delegação do PAIGC e governo de Cabo Verde, 9 de junho de 1977, ou as manchetes do Jornal de Angola publicando ordens executórias de Agostinho Neto quando se referia a Nito Alves, José Vandunem, Bakalof, Pedro Fortunato e Betinho, seus próprios confrades do MPLA, porque pensavam diferente, dizendo: “amarrem-nos onde forem encontrados” assim como cita Figueiredo em Fraccionismo, Quem disse o quê – Jornal de Angola, antes e depois do 27 de maio de 1977 (2010).

2.4. A política macroeconomia de Neto

A República Popular de Angola foi vítima de grandes catástrofes causadas pela colonização, incluindo instabilidade econômica, conflitos étnicos regionais, massacres do exército português, caos, destruição e a conseqüente guerra civil, que só se terminou em 2002. Segundo o Agostinho Neto em seu próprio discurso de proclamação de independência, Angola é um país de terceiro mundo, (assim como sempre foi desde a independência). Devia-se ter uma

profunda consciência do significado e consequências desse fato. Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento sempre foram plenamente confirmados em Angola e davam a imagem da profunda miséria do povo angolano. Mas dizer que o nosso país estava num cenário de subdesenvolvimento não bastava, tendo a necessidade de acrescentar, imediatamente, o fato de que era um país explorado pelo imperialismo, que gravitava no imperialismo (AGOSTINHO NETO, 1975).

O MPLA tinha muitos objetivos em sua agenda, como aprovar leis revolucionárias para simplificar o caminho político e econômico de uma economia centralmente planejada. Segundo Alves (2013). O partido procurou garantir uma integridade territorial, unidade nacional diante das diferenças étnicas regionais e status social socialista. O Governo já apresentava seus sinais prematuros de uma economia centralizada, conduzida maioritariamente pelo estado, afirmando-se como motor do desenvolvimento do país, adotando um perfil de estado desenvolvimentista/intervencionista (GOMES, 2009, p. 217).

Para a concretização do centralismo democrático no campo econômico, foi criada em 1976, a Comissão Nacional do Plano (CNP), no qual a agricultura era uma das prioridades e era vista como a base e a indústria como fator decisivo para o desenvolvimento econômico do país. Nesta altura, toda estratégia elaborada tinha supostamente a finalidade incrementar a produtividade e atingir os níveis alcançados pelo estado colonial em 1973. Deu-se início ao processo de privatização e nacionalização das empresas como: SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis, 1976); TAAG (Transportes Aéreos de Angola, 1973); BNA (Banco Nacional de Angola, 1976); TPA (Televisão Pública de Angola, 1976) entre outros portos macroeconômicos do país, dando início à uma economia, centralizada, e com parcerias de outros países socialistas, embora houvesse também uma tendência petrolífera capitalista através da dependência da região produtora de petróleo de Cabinda, a província mais ao norte do país, que era imprescindível para as finanças do país.

Por causa do controle estatal da economia através da campanha de nacionalização das empresas privadas, se registrou o aumento do patrimônio do estado. Houve várias estratégias nesse período para fomentar o crescimento econômico como incrementação em importantes setores (GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 2).

Depois de 1976, o governo era titular de mais de 70% das empresas em Angola, através do confisco e nacionalização de todo patrimônio estatal e privado; a banca, as principais

empresas de transportes públicos, áreas, ferroviárias, bem como as indústrias pesadas, que vieram a se constituir na UEE (União das Empresas do Estado), e através de relações de produção socialista, o país se dispunha a dizimar vícios de uma economia capitalista focando consideravelmente no setor industrial (algumas heranças coloniais); agricultura; petróleo e energia, “construção civil e telecomunicações”.

Segundo os dados publicados pela NU (Nações Unidas) 2011, o PIB *per capita* chegou a 532 USD em 1979, assim como segue a tabela:

Tabela 1 - Dados do PIB de Angola (1975 – 1979)

Anos	PIB (milhões USD)	Crescimento % (PIB)	<i>Per capita</i> (USD)
1975	3.131	-5.0	459
1976	2.995	-5.2	428
1977	3.276	0,7	456
1978	3.643	-5,3	493
1979	4.044	0,3	532

Fonte: Nações Unidas 2011.

Analisando tais dados, pode-se enxergar que a economia estava padecendo de um crescimento urgente, mas nada se podia exigir dos resultados pois estava uma fase de arrumação e preparação de caminhos pra a implementação de estratégias seguras e bem definidas para a macroeconomia, um cenário que observaremos mudanças nos seguintes quando o modelo de economia centralizado se mostra ineficiente para responder aos anseios políticos e econômicos do país. O país ainda tinha muito curso para correr, o que nos faz concordar com o que Neto discursa:

“A República Popular de Angola será aberta a todo o mundo para as suas relações econômicas. Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada ajuda externa não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra a evidência que, como força dirigente da República Popular de Angola, jamais trairá o sagrado princípio da independência nacional. As nossas relações internacionais serão sempre definidas no princípio da reciprocidade de vantagens. A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal” (AGOSTINHO NETO, 11 de novembro de 1975).

Quanto ao comércio, o estado também se encarregou de tomar frente através da criação da EMPA (Empresa Pública de Abastecimento) o que posteriormente se denominou EDINBA (Empresa Distribuidora Nacional de Bens Alimentares) sendo uma nacional e outras em cada província. Entretanto, o caráter colonialista não deixa de ser reconhecido no modo de atuação de tal empresa, uma vez que havia dois modelos de serviços prestados, o modelo para a ralé e o modelo para a classe média alta nomeadamente funcionários do aparelho do estado e membros do partido, são as *lojas do povo* e as *lojas francas* respectivamente. Tais lojas eram ambas regidas por um sistema de cartões de acesso (MOSCA 1999 p. 130)

Vale lembrar que tal estratégia lembra o que a sociedade angolana já vivera com a segregação protagonizada pela colonização, separando pobres, pretos dos mestiços (mulatos) e brancos, assim como Conceição enfatiza sobre as características contemporâneas da sociedade angolana “há também os lugares reservados para a espremida classe média e para a chamada elite política e econômica, com seus condomínios de luxo e muita abundância material. Porém, mesmo nesses recantos, de algum modo, a escassez se faz presente, pela limitada entrega de serviços e bens públicos, como energia elétrica, recapeamento asfáltico, saneamento básico e limpeza urbana” (CONCEIÇÃO, 2021, p 1).

O Kwanza

A criação da moeda nacional o Kwanza, pela lei n.º 71-A/76 de 11 de novembro, se tornou num dos elementos mais importantes e revolucionários para o reforço da soberania, da independência e da destruição definitiva com a antiga aliança indevida com o escudo português. Por outro lado, a lei nº 1/77 de 7 de janeiro estabelecia o período de 8 a 10 de janeiro como o período para a troca da moeda isto é do escudo para o Kwanza, criando-se assim a CNTM (Comissão Nacional para a Troca da Moeda).

O consenso de Washington

O Consenso de Washington foi uma série de recomendações de políticas e estratégias econômicas elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional junto ao Banco Mundial, com o objetivo de dinamizar a economia dos países em vias de desenvolvimento, ou seja, a implementação de reformas econômicas em áreas como, América Latina e África embora só tenha realmente se efetivado a partir de 1978 (SERROTE, 2020, p 56). O FMI e o Banco Mundial viam em Angola um grande potencial para se investir, dada a sua diversidade de recursos naturais, desta feita o FMI propôs ao Estado angolano uma série de políticas que visará

a implementação de programas que promovessem ajustamento macroeconômico na economia angolana.

Consenso de Washington obrigou muitos países em vias de desenvolvimento a adotar estratégias neoliberais, visando principalmente limitar o papel do Estado na Economia. Frequentemente tais estratégias conduziram a uma redução da capacidade fiscal e ao aumento das desigualdades de renda. Afinal nunca é sábio, visto que viola com as diretrizes do protecionismo. único mecanismo para manter intacta as propriedades estatais e as políticas econômicas mais nacionalistas. Podemos observar esse erro quando olhamos as lamentações de muitos países do terceiro mundo devido as grandes tensões económicas e sociais que foram geradas pela adoção das estratégias sugeridas, são mais do que benefícios. O quadro a seguir apresenta a constituição estratégica apresentada por esse consenso.

Quadro 1 – Sinopse Consenso de Washington

Política	Problemas a solucionar
Disciplina fiscal	Crise de débito e inflação
Liberalização das taxas de juros	Perda de bem-estar associado ao racionamento por parte do governo de capital nacional e internacional
Liberalização dos tipos de câmbio	
Redirecionamento das prioridades dos gastos públicos, do consumo público e dos investimentos públicos.	Negligência do capital humano e superestimação da industrialização conduzida pelo governo
Reformas tributárias com taxas de imposto marginal mais baixas	Evasão impositiva
Liberalização do comércio	Pequena exposição a novas ideias e negligência organizacional nas indústrias protegidas
Liberalização da conta de capital	Acesso limitado a poupanças estrangeiras

Privatização	Ineficiências associadas a indústrias geridas pelo Estado
Desregulação	Falta de amplas e diversificadas oportunidades econômicas
Direitos de propriedade assegurados	Informalidade setorial

Fonte: Elaboração própria

O registro histórico do Consenso de Washington desde a década de 1990 sugere um quadro mesclado. Na maioria dos casos se obteve crescimento econômico, sendo exceção a África subsaariana, a Europa Central e a Europa Oriental. Porém os motivos para os desanimadores registros de desenvolvimento na África subsaariana são muito mais complexos que aquelas imperantes na Europa Central e Europa Oriental.

2.5. A política externa

Com a intenção de solucionar as dificuldades internas e externas, o governo de Angola para concretização de seus objetivos neste período, teve que se envolver mais com o mundo, promovendo assim uma luta diplomática, no intuito de firmar Angola na lista dos países reconhecidos no mundo, não como recém independente apenas, mas como nação livre, autónoma em poder e uma próspera aliada, poder melhorar seu posicionamento nas principais organizações regionais, sub-regionais e mundiais.

Em 1976, grandes realizações foram conseguidas; reconhecimento da independência por vários países, admissão em vários órgãos aos quais eram prioridades estratégicas para Angola, tais como OUA, ELF, ONU e diversos acordos de cooperação firmados com vários países, em especial socialistas (JORGE, 1998, pp 116-117).

2.5.1. Aliança à OUA – Organização da União Africana

O problema da identidade socialista, o que mais soava comunista, o governo encontrou muitas dificuldades para se relacionar com o exterior e a adesão à OUA. Entre as dificuldades encontradas, o conflito político interno do MPLA e até mesmo com as demais frentes nacionais eram um dos principais. (JORGE, 1998, pp 116-117).

2.5.2. Aliança à ELF – Comunidade dos Estados da Linha da Frente

Essa adesão teve auxílio do governo moçambicano e tanzaniano embora o zambiano e o botsuano se opunham em função da tendência comunista do governo angolano. A entrada de Angola a esta organização, não se revelou fácil, devido à forte influência que estes dois últimos países tinham na organização (MOMA, 2012, p. 48)

2.5.3. Aliança à ONU – Organização das nações Unidas

O reconhecimento do governo angolano teve suas dificuldades, e uma das maiores foi a sua entrada à ONU (Organização da Nações Unidas), mas com a ajuda de parceiros africanos que advogaram em favor do governo, Angola solicitou adesão como estado membro no início de 1976 e só podendo ser aceita 9 meses mais tarde através do conselho de segurança teve lugar um debate que analisou o pedido de adesão. Um argumento útil para a adesão foi a evasão sul-africana, culminando na aprovação da resolução n.º 387 de 31 de março, que no essencial recomendava a Assembleia-Geral da ONU para a admissão de Angola como membro das Nações Unidas, reconhecendo sua independência e soberania, condenar a agressão sul-africana a Angola bem como compensar os danos causados por esta invasão (VAN-DUNÉM, 2008, p 255).

3. O GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS (1979 – 2017)

O segundo governo, substituto do conhecido governo baluarte da independência, foi o mais logo que o país teve, tendo durado quase 38 anos. O governo de José Eduardo dos Santos, cidadão que na altura exercia o cargo de Ministro das Relações Exteriores, foi de empossamento repentino e de começo entristecido num cenário de luto nacional devido a morte do primeiro presidente António Agostinho Neto, cuja ocorreu em Moscow – Rússia aos 10 de setembro de 1979 vítima de complicações pós cirurgia de câncer do fígado. Após trágico ocorrido., empossou-se José Eduardo dos Santos, cujo na altura exercia o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

3.1. Breve Biografia de José Eduardo até a presidência

José Eduardo dos Santos, nasceu aos 28 de agosto de 1942. Frequentou a escola primária em Luanda onde fez o ensino secundário no Liceu Salvador Correia, na altura a principal escola secundária do país. Iniciou a sua atividade política integrando grupos clandestinos que se constituíram nos bairros suburbanos da capital, no final dos anos 1950, e juntou-se ao MPLA

quando o partido se constituiu em 1958. Após início da luta contra a colonização portuguesa, em 4 de fevereiro de 1961, JES abandonou em novembro desse mesmo ano Angola e passou a coordenar na segurança do exílio a atividade da Juventude do MPLA, organismo de que foi um dos fundadores e durante algum tempo Vice-Presidente. Em 1962 integrou o Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), braço armado do MPLA, e em 1963 foi o primeiro representante do MPLA em Brazzaville, capital da República do Congo.

Em novembro do mesmo ano, beneficiou de uma bolsa de estudo para o Instituto de Petróleo e Gás de Baku, na antiga União Soviética, tendo-se licenciado em Engenharia de Petróleos em junho de 1969. Ainda na URSS, depois de terminados os estudos superiores, frequentou um curso militar de Telecomunicações, que o habilitou a exercer, de 1970 a 1974, funções nos Serviços de Telecomunicações na 2ª Região Político-Militar do MPLA, em Cabinda. De 1974 a meados de 1975, José Eduardo dos Santos voltou a desempenhar a função de representante do MPLA em Brazzaville. Em setembro de 1974, numa reunião realizada em Moxico, província ao sul de Angola, foi eleito membro do Comité Central e do Bureau Político do MPLA. Em junho de 1975, foi coordenador do Departamento de Relações Exteriores do MPLA e, cumulativamente, também o Departamento de Saúde do MPLA. Com a proclamação da Independência de Angola, a 11 de novembro de 1975, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. A nível partidário, no período de 1977 a 1979, foi secretário do Comité Central do MPLA. Após o falecimento de Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, José Eduardo dos Santos foi eleito presidente do MPLA a 20 de setembro de 1979 e investido, no dia seguinte, nos cargos de Presidente do MPLA - Partido do Trabalho, de presidente da República Popular de Angola e comandante-em-chefe das FAPLA.

3.2. A política interna

Ora, 1979 é um ano histórico para o governo MPLA e para os angolanos, uma vez marcado por muitas tensões políticas. O governo dos Santos, chefiado pelo segundo presidente da República de Angola José Eduardo dos Santos, teve início logo após o falecimento do então presidente Agostinho Neto em 1979, tendo dirigido o país de 21 de setembro do mesmo ano a 26 de setembro de 2017, assim como citado acima. José Eduardo dos Santos, também conhecido como Zedú entre os angolanos, figura entre os presidentes com mais anos no poder, governando por 38 anos e sem nunca ter sido eleito, independente de qual seja o ponto de vista do regime. Uma saga comum nos governantes africanos.

A administração de Eduardo dos Santos vai-se confrontar com renovadas quezílias entre as duas alas partidárias no topo do partido, sendo que os princípios de gestão política, de economia política e de política externa na administração do novo presidente vão-se igualmente afirmar no contexto dessas lutas. Segundo Vidal (2016) seu começo foi relativamente tranquilo pois que era pouca a experiência como dominador das duas alas que haviam emergido dentro do partido, porém articulando o jogo para ambos os lados (VIDAL, 2016, p 828).

Soa um pouco menosprezador considerar um desconhecimento prático do jogo das alas por parte de JES se não grifarmos uma interessante frase discursada pelo mesmo: “Durante os primeiros anos fingi-me de morto. Deixei que me vissem como um fiel herdeiro do falecido Presidente e, ao mesmo tempo, fui libertando sem alarde os fraccionistas que haviam sobrevivido aos fuzilamentos e aos campos de concentração. Nomeei alguns para importantes cargos governamentais. Nunca mais criaram problemas” assim como narra o escritor angolano José Eduardo Águalusa à Revista Granta o conto O Bom Déspota.

As primeiras e únicas eleições presidenciais que disputou ocorreram num interregno da guerra civil, em 1992, depois dos acordos de Bicesse. Foi ele que venceu, oficialmente com 49,57% dos votos, contra 40,6% de Jonas Savimbi. Mas, pela lei eleitoral previamente acordada, para ser eleito, o candidato vencedor teria de obter mais de 50% dos votos, o que obrigava à realização de uma segunda volta. Esta, porém, nunca chegou a ocorrer – o MPLA aproveitou a presença em Luanda de parte da liderança da UNITA para desencadear um massacre, que trouxe de volta a guerra. Podemos dizer que JES, independentemente de como ascendeu à presidência, é observável o quão nos bastidores se formava como um gigante estrategista para tomada do poder e do governo, e não seria esdrúxulo trazer a tona o fato de que já ter uma experiência diplomática com a política externa o tenha feito tão hábil nesse jogo.

Vidal (2016) ainda apresenta quatro grandes períodos para a análise do processo de maturação do presidente, tanto como do partido quanto como do país, seu poder pessoal quanto institucional:

3.2.1. Período 1979 – 1990

Figura neste período o que Conceição (2021) chama de Fase de Captura da Administração Pública, e Liberato (2015) apelida como Período Ideológico onde a economia e política passaram a estar centralizados num único agente: o Estado.

Segundo Conceição, uma das primeiras iniciativas estratégicas de JES ao ascender a presidência era a diminuição de mestiços e brancos de posições públicas de destaque, fato que realmente deve ter agrado a o povo e a composição política do MPLA[...] (CONCEIÇÃO, 2021, p. 16). Essa estratégia foi uma carta na manga de JES como um meio acalmar os ânimos dos camaradas que repudiavam uma continuação suave do colonialismo, levando em conta também o histórico de conflitos internos do partido entre as duas alas, e para o povo, tanto o leigo, quanto aquele que de perto acompanhava o desenrolar da construção da administração pública, era um sinal de nacionalismo e até mesmo por questões raciais.

Entretanto, assim como mostra a autora sobre essa iniciativa a qual chamou de: *movimento cosmético*, os brancos e mestiços com qualificação técnica, permaneceram em posições chaves nas organizações de destaque para a manutenção do poder do novo governo, como: as FAA (Forças Armadas Angolanas), a Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) durante todo período de sua gestão. Uma característica bem ilustrada por Fanon em *Os condenados da Terra* quando afirma sobre os governos pós-coloniais “após chegarem ao poder em nome do nacionalismo mesquinho, em nome da raça, a burguesia, apesar das formosas declarações formais inteiramente desprovidas de sentido, manejando com absoluta responsabilidade frases saídas diretamente dos tratados de moral [...] darão prova de sua incapacidade para triunfar [...] (FANON, 1965, p. 86).

JES, estrategista político como era conhecido, com esse *movimento cosmético* preparava um caminho para o promissor poder que havia recebido de bandeja. Assim como Conceição acrescenta, JES agindo similar ao seu antecessor Agostinho Neto, com o decorrer do tempo avocou para si o controle direto das organizações estatais, além da gestão financeira do governo entre os anos 1980 e 1990, tendo construído um dos sistemas mais centralizados da África subsaariana (OLIVEIRA, 2015, citado por CONCEIÇÃO 2021, p. 16).

O meio mais eficiente de controlar tais organizações era a nomeação dos dirigentes para tais, entidades de confiança pessoal, aqueles que comungassem de mesmos interesses patrimonialistas que os seus, não se importando com a qualificação ou compromisso com o cargo. Frequentemente o governo expunha sua parcialidade diante da justiça social, debilidade e desinteresse em praticar uma administração pública eficiente visto que ideias contrárias ao do poderio deveriam ser classificadas como ato golpista ou contra o desenvolvimento, podemos dizer: fraccionistas da nova geração. A semelhança ao governo anterior é ainda brutal quando comparado o tratamento exclusivo e o acúmulo de responsabilidades ou simplesmente títulos

de ambos os presidentes. JES acumulou títulos de Arquiteto da paz; Comandante em chefe, Estado maior das FAA; Engenheiro de petróleo; Chefe do executivo; Presidente do partido frequentemente usados por seus bajús (bajuladores) os quais tinham uma dívida para com o presidente, fato explicado pelas inúmeras nomeações e exonerações a cargos públicos e não só, como se refere Conceição [...] incessante nomeação de comissões *ad hoc* para resolver problemas ‘urgentes’. Tais comissões, criadas e desfeitas ao bel prazer, foram um recurso muito utilizado[...] (CONCEIÇÃO, 2021, p. 16).

Para Vidal (2016) entre esse meio tempo, nomeadamente de 1982 à 1985 ocorre intrinsecamente a segunda fase do governo JES, onde ocorre o domínio patrimonial absoluto do aparelho do Estado caracterizado por um processo de reforço externo dos poderes institucionais da presidência aos quais chamou de *poderes de emergência*, poderes que eram ilimitados e puderam conferi-lo um estilo hiper presidencialista na governação estando acima dos órgãos do governo, o próprio partido e autonomizando as relações econômicas exteriores em relação ao petróleo (VIDAL, 2016, p. 829).

Como já mencionado acima, JES era um estrategista e pôs em suas mãos o poder e assegurando-o com a tratativas de recompensas aos seus leais ou simplesmente bajuladores, fazendo jus à sua afirmação “[...] nomeei alguns para importantes cargos governamentais. Nunca mais criaram problemas [...]”

3.2.2. Período 1990 – 2002

Os anos seguintes foram marcados por fatos disruptivos quando referido a democracia outrora pregada. Segundo Conceição, começa segunda fase do governo, a qual chamou de Adaptação à Nova Ordem Mundial (Conceição 2021, p 17). Essa foi aqui que ocorre as primeiras mudanças no sistema de planificação central da economia de uma economia socialista, e politicamente o chamado regime marxista é substituído pela versão MPLA como socialismo democrática, um cenário propiciado internacionalmente com a queda do muro de Berlim ocorrido em 1989.

Este período é caracterizado pela adaptação do sistema clientelar e patrimonial, entretanto estruturado nos princípios aqui designados de pragmatismo liberal, às novas vestes formais do multipartidarismo e economia de mercado, num contexto conturbado (Vidal 2016, p. 829). Destaca-se a realização do primeiro ato eleitoral, “livre e democrático”, em setembro de 1992, no entanto a expectativa de construção de uma «nova Angola» é mais uma vez

defraudada e ainda no mesmo ano reinicia a guerra civil, desta feita travada em meio urbano, abrindo um período caracterizado por guerra (1992-1994) paz (1994-1998) guerra (1998-2002) (FERREIRA, 2005).

Interessa ressaltar um fato curioso, as crenças espalhadas por batalhões militares do MPLA cujas eram inculcadas na população, em destaque as populações mais remotas, crenças como: tropas da oposição eram assassinas, trituravam bebês em pilões, eram seres místicos com caudas, e mais outras difamações. Uma manipulação ideológica e aprisionamento da verdade da maneira mais baixa possível e desrespeitosa, devido à essa estratégia, o MPLA não só ganhou lealdade e preferência nessas localidades, mas também incitou o ódio, medo e desprezo contra a UNITA, fato que até hoje rende parcialmente à aparência inocente e inofensiva do partido dos camaradas.

Voltando para 1991, vemos uma tentativa de apaziguar os movimentos partidários, algo que beneficiaria a nação e até mesmo o MPLA em si através dos *acordos de bicesse* que teve lugar no Estoril em Lisboa, cujo objetivo era o desarmamento e desmilitarização partidária para criação de um único exército para o país e a realização das primeiras eleições multipartidárias. Com o contexto nacional pesado, o período ideológico termina juntamente com o assumir do início de uma luta pelo poder, de controle dos recursos naturais e nascem os dias de infortúnios para o povo, vítima das intrigas políticas entre as frentes partidárias, como: os meninos de rua órfãos, mendigos; aumento da miséria, a desestabilização cultural e étnica até a assinatura do Memorando de *Entendimento de Luena* entre a UNITA e o MPLA (FALA) aos 4 de abril de 2002.

3.2.3. Período 2002 – 2017

A era JES chega ao terceiro período, caracterizado pela declaração de paz e reconciliação nacional assinado após o assassinato de Jonas Savimbi; e pela reconstrução nacional, uma justificativa eterna do patrimonialismo. Foi aqui que o sistema paralelo é fortalecido, para o que contribuiu também a abundância econômica que, entre os anos de 2008 e 2014, surpreendeu o país, em virtude do resultado do aumento das receitas petrolíferas. Tal abundância favoreceu o surgimento de novas formas de enriquecimento e possibilitou a consolidação de uma elite preta em Angola (CONCEIÇÃO 2021 p. 19). Concordando com Oliveira (2015) na luta para manter a paz e a necessidade de um descanso da exaustão do conflito armado atribulador, o povo

manteve-se sossegado e não se opondo à agenda do MPLA, o que permitiu que o partido pudesse ratificar sua soberania e ajustar o sistema aos seus moldes.

O governo JES concentrou-se no que chama de desenvolvimento e reconstrução nacional, desenvolvendo assim um projeto que se cumpriria em duas fases, como citado por Conceição (2021), a primeira fase seria a reconstrução de infraestruturas mutiladas pela guerra. Quanto a essa fase, deve-se salientar que os anseios atendidos primordialmente foram da elite política e militar através de concessões camufladas em obras de prossecução do interesse público, senão mesmo como recompensas ou talvez até compra de lealdade ao regime; a segunda, nunca cumprida, seria um pacote que continha a provisão de serviços e bens públicos, diversificação da economia. Interessa salientar o quão contraditório foi esse plano de reconstrução, uma vez que é neste intervalo que muitas infraestruturas foram transportadas de literalmente públicas para particulares em homenagens aos camaradas e em benefícios partidários; fundos desviados; possessão de terrenos e fazendas por generais e políticos; expulsão brutal de moradores dos bairros chamados musseques, e mais outras atrocidades contra a população diante de um discurso de apropriação por utilidade pública.

Devia se considerar alegação enganosa a ideia de reconstrução nacional uma vez que tal plano que custou bilhões de dólares aos cofres do estado tenha se limitado na edificação de infraestruturas na capital do país e muitas delas desusáveis até os dias de hoje (OLIVEIRA, 2015). Casas de luxos, hotéis 5 estrelas, resorts, estilo de vida caro acompanhado de viagens internacionais que só indivíduos e famílias ligadas ao sistema podiam usufruir. Até 2017, Luanda (a cidade que centralizou os poderes e as prioridades de desenvolvimento do país) liderou a lista das cidades mais caras do mundo, no entanto, essa constatação não se deve simplesmente pelo preço dos bens ou serviços no país, mas também pela desproporcionalidade do salário-mínimo com as necessidades básicas, quanto mais o custo de vida para estrangeiros.

3.3. Desenvolvimento Humano e *economia de 2002-2017*

A paz por muito tempo foi o feito de outro que sustentava o ego do regime do governo JES, uma justificativa para que se perpetuasse a governação do partido ainda que com descontentamento do povo e o fracasso de suas políticas públicas. O angolano era confrontado todos os dias a não se virar contra o sistema porque o tal devia ser visto como o salvador da vida dos angolanos e que só foi possível porque o governo JES proporcionou. Entretanto, o que a realidade angolana conhecia eram os 15 anos de paz e que por outro lado foram os 15 anos de

má qualidade de vida, ameaças ao nacionalismo, e uma população que só recebia o que o sistema quisesse dar e o conhecia por meio do aparelho da comunicação social comprado.

Até 2017, quinze anos depois da paz, muitas expectativas estavam longe de se concretizarem, principalmente a redução da má qualidade de vida, enquanto o erário público sofria fortes saques protagonizados pelos dirigentes de cargos públicos, intrinsecamente ligados ao partido no poder que os favorecia com a leveza da aplicação da lei ou melhor: ausência da aplicação da lei. A má qualidade de vida traduzida em decadência do desenvolvimento humano cada vez mais sendo realidade do país.

O desenvolvimento humano é um processo que necessariamente situa as populações no centro do desenvolvimento, promovendo a realização do seu potencial, o aumento de suas possibilidades e o desfrute da liberdade de viver a vida que elas desejam, ou seja, estamos nos referindo ao aumento de bens que satisfaçam as necessidades básicas dos cidadãos e à um ambiente salubre onde se possa exercer os direitos humanos, assim como declarado no artigo 22 e seguintes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano integra aspectos e categorias ligados ao desenvolvimento social, ao desenvolvimento económico (local e rural) e ao desenvolvimento sustentável.

Após o término da luta armada em 2002, o país experimentou um forte crescimento económico, principalmente até o ano 2008 com os altos níveis do preço do barril do petróleo no mercado internacional atingindo os USD 100. Segundo o Banco Nacional de Angola (BNA), Banco Mundial e CEIC/UCAN, sendo Angola um dos maiores produtores de petróleo no mundo, a taxa média anual de crescimento do PIB oscilou entre 14,8% e 17,3%, e o PIB por habitante passou de 635 dólares em 2000 para 4.671 dólares em 2008. Um crescimento extremamente capaz de sustentar investimentos à altura das necessidades dos cidadãos dando uma melhora de vida em vez de registrar mais de 1/3 da população em estado de miséria.

Entre 2002-2017, a taxa média de crescimento económico foi de 8.8%. superando países como Estados Unidos da América, Canadá, Holanda, Suíça, Luxemburgo, França, Bélgica, Alemanha, Grã-Bretanha, Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Itália, Espanha, Japão, Coreia do Sul, Singapura, Nova Zelândia e Austrália. Entretanto em 2009 foi registrado um crescimento apenas de 2,4%, sendo uma baixa agressiva de 11,4% das médias anteriores, resultado da crise económica internacional que tivera início nos Estados Unidos de América em

2008, embora os países europeus tenham registrado mais impacto, porém nos anos seguintes a economia registrava uma recuperação exponencial padronizada que se estendeu em 6,8%. (DALA, 2018 p.37).

A recuperação econômica, após o baixo registro de crescimento em 2009, se estendeu até nos finais de 2013. A crise de 2008 continua influenciando ainda que ultrapassada, as políticas econômicas adotadas outrora se mostraram obsoletas e junto a isso o branqueamento de capitais e o patrimonialismo que já era o padrão de enriquecimento dos camaradas (título de irmandade política adotada pelos membros do MPLA, especialmente os de alto escalão). É registrada em 2014 a crise econômica particularmente angolana registrando apenas 4,2% de crescimento, o equivalente a 2,6% menos que a média anterior e a partir deste período é construído um padrão de decréscimo nos anos seguintes, sendo: 4,2% - 2014; 4% - 2015; 3,3% - 2016; 2,7% - 2017.

Segundo Dala (2018), o período econômico de 2002 – 2017 pode ser dividido em três subperíodos: *mini-idade de ouro da economia angolana* – período compreendido entre 2002 à 2008 onde registrada a taxa média de crescimento mais equilibrada atingindo 15%; *economia angolana durante a crise mundial* – período em que a taxa de crescimento teve uma queda para 4,3%, uma fase intermédia da economia; *crise econômico-financeira angolana* – período em que há um embaralhamento econômico do país, resultante dos fatos econômicos passados. A taxa média de crescimento atingiu 3,5%. É interessante frisar que até 2013 Angola registrou uma produção de riqueza bruta considerando que a disponibilidade de divisas comerciais como o USD e o Euro foi um fator de mais transações comerciais e estabilidade do poder aquisitivo bens de consumo e desenvolvimento de negócios formais e informais, compras e vendas, produção, precificação de produtos e mais.

Segundo o Relatório Final CPLP Angola, em 2013 (2017), o índice de desenvolvimento humano (IDH) situa o país no 148º lugar numa lista de 186 países. Segundo o relatório dos Objetivos do Milênio (ODM), mais de 36.6% do total da população vive abaixo da linha de pobreza – com dificuldade de acesso aos serviços básicos como água potável, saneamento, energia, saúde, educação e habitação - sendo a proporção de pobres na área urbana aproximadamente de 18,7%, e na área rural 58,3%, culminando num elevado índice de desemprego, (RELATÓRIO FINAL CPLP ANGOLA, 2017, p. 9)

Em 2015, Angola teve que efetuar um ajuste da posição do preço do petróleo no orçamento, revisando de USD 81/bbl a 40/bbl, por esse feito, a vida dos angolanos que já vinha de uma temporada conturbada, ficou ainda mais difícil uma vez que desencadeou um aumento do combustível; escassez de distribuição de eletricidade; água; atraso na remuneração dos servidores públicos; falta de consumíveis para o funcionamento dos serviços públicos, acúmulo de resíduo pela capital por falta de recolha de lixo, fora outros indicadores (LIBERATO, 2015, p. 39).

Durante quinze anos, considerando os 3 subperíodos desde 2002, o desenvolvimento humano viu-se fragilizado com uma frequente variação periódica, embora reconheçamos que seria em parte um efeito colateral do conflito armado que durou décadas, entretanto, só podemos justificar tal fato para os primeiros anos, atendendo que o país estava em reorganização, criando novas políticas públicas de combate à fome, doenças virais e sanitárias, a reinserção social, êxodo rural, comércio e até mesmo a reestruturação “político-democrática”. Noutra parte, uma corrida de estabelecimento de poderio eterno do MPLA entrou em ação e a população incorreu-se ao seu desejo por ser uma sociedade caloura numa vida em paz e com esperança de que o salvador “M” lutaria por ela, bem, junto a isso, o sistema corrupto político econômico saiu do casulo e a metamorfose do discurso da “Paz e Democracia” se ratificou através das concessões de empresas e cargos estratégicos aos membros do círculo fechado de JES; o abuso de poder de generais (alguns legítimos e outros por nomeação); o patrimonialismo público; a prioridade de inculcar a imagem do MPLA como o único caminho para o desenvolvimento; alguns membros da oposição comprados com vidas de luxo e autoridade; e o jogo de exonerações de governadores provinciais – fator chave para uma economia dependente do petróleo por falta de exploração de outras vias de desenvolvimento econômico e para um desenvolvimento humano abaixo das expectativas devido ao desconhecimento do que realmente seria prioridade para o povo angolano. Como citado acima, segundo Dala (2018), o desenvolvimento humano considerado em três períodos:

- a. *O Desenvolvimento Humano de 2002 a 2008*: no ano do fim da guerra e alcance da paz (2002), Angola registou um DH de 0,381. Deste ano até 2008 (a Mini idade de ouro da economia angolana), a média de DH foi de 0,468. Por outro lado, a posição média no IDH foi de 156. Neste subperíodo, o DH do país teve o considerável aumento de 32,4%.
- b. *O Desenvolvimento Humano de 2009 a 2013*: neste subperíodo (marcado por uma queda no crescimento económico), a média de DH de Angola foi de 0,504. A posição média do país no IDH foi de 147. O aumento do IDH foi de 6,7%.
- c. *O Desenvolvimento Humano de 2014 a 2017*: durante os últimos anos do período global abrangido (2002-2017), a média de DH de Angola foi de 0,532. De 2014 a 2017,

a posição média de Angola no índice global de desenvolvimento humano foi 149. Angola estagnou.

3.4. Corrupção – O câncer do governo JES

Segundo Vianna (1999) o patrimonialismo é o inimigo privilegiado do pensamento social e político de qualquer nação, de forma que todos os projetos de modernização do Estado, da economia e da sociedade passam pela ideia de ruptura com nosso passado ibérico e afirmação de um modelo de organização estatal moderna, pautado pela impessoalidade e pela racionalidade na relação entre Estado e sociedade.

O “M” susteve e ainda sustem essa a tolerância antinômica entre normas morais e práticas sociais daquilo que as boas práticas de governança pública requerem, as quais eram propostas afirmadas pelo governo do partido no poder. O patrimonialismo, uma característica bem notória no governo MPLA, é um vício, é fruto de um Estado que intervém na sociedade, coordena e comanda, pelo alto, a exploração do mundo produtivo e mercantil.

Tal vício de origem é herança do mundo ibérico, visto que o estamento burocrático de tal mundo se comportava como proprietário da soberania, criando um sistema de exploração e dominação que se reproduziu como marca fundamental de nossa tradição política por meio de uma corrupção sistêmica (FILGUEIRAS, 2009, p. 391).

Como afirma Evans (1993) dificilmente se encontram burocracias previsíveis e coerentes [...] A capacidade do Estado de desempenhar funções administrativas e outras deve ser abordada como um bem escasso (EVANS, 1993 p.38). Ora, essa ineficiência do Estado enquanto instituição, tem muitas raízes, como bem nota qualquer um que já tenha esperado numa fila interminável em uma agência de serviços ou que tenha se defrontado com um funcionário público intransigente, estamos falando de: falta de mão de obra qualificada; servidores não patriotas e não éticos; falta de rigor em punições de crimes laborais públicos; processos seletivos questionáveis, são efeitos colaterais de preenchimento do aparelho público por meio de indicações por afinidade, bandeira partidária, nepotismo, a corrupção em si no seu mais imundo conceito.

O governo JES se manteve em pé, sem contrariedade que suscitasse mudança ou afronta real ao regime do “M”, sugando proveito deste mecanismo entorpecedor da ordem grupal ou social das coisas que inviabilizara a gestão proba dos interesses públicos. Um infortúnio que ainda assola os setores e categorias primárias para a satisfação digna das necessidades dos

angolanos, setores como: Educação, saúde e segurança pública foram transformadas em palcos de corrupção e fraudes – por esta razão, respectivamente, há muitos licenciados duvidosos no mercado de trabalho sem as devidas aptidões e até mesmo espaço; saúde pública precária, onde o parente do poderoso camarada sai de último da lista de espera para o primeiro a ser atendido; a polícia trabalha com parcialidade a favor de quem der “gasosa” (corrupção bilateral envolvendo propina), tanto para quem busca ingressar no aparelho militar ou para quem é autuado pela autoridade policial pela ordem pública.

A corrupção na presidência

A presidência da república desde a independência tem sido amplamente corrupta, e o governo JES não foi exceção, principalmente quando observamos o percurso de 2002-2017. Nos últimos anos 3 anos da sua presidência, o número dos chamados “bajús” bajuladores, teve um crescimento descontrolado, não apenas em números, mas em exposição e mau-caratismo. Entidades públicas do sistema, famosos, a imprensa e mais outros, passaram a se mover segundo o endeusamento do JES, atribuindo-o títulos como “padrinho” “pai” e até mesmo frases como “o ar que respiramos devemos ao MPLA”. O fator por trás desse fenômeno é a garantia de não perder favores ou até mesmo aproveitar a fraude enquanto ele estivesse no poder.

Entretanto, segundo Dala (2018) a festança dentro ainda era maior considerando uma série de processo de corrupção e outras violações gravíssimas envolvendo as maiores empresas privadas, como bancos, telecomunicações e mais. Podemos tomar como exemplo a Movicel (empresa de telefonia móvel de Angola, uma subsidiária da Angola Telecom), uma empresa estatal cuja foi a privatização foi determinada pelo Conselho de Ministros sem um concurso público, sendo oferecida a um suposto de empresas pelo valor de 200 milhões de USD. Sobre o fato, lemos em relatório:

A Movicel foi criada pelo governo, em 2003, como uma subsidiária da empresa telefónica estatal Angola-Telecom. No ano passado [2009], através da Resolução nº 67/09 de 26 de agosto, o Conselho de Ministros determinou a privatização expedita e sem concurso público da Movicel à um consórcio de empresas angolanas, pelo valor 200 milhões de dólares. Para o efeito, o órgão do governo invocou a dificuldade na mobilização de outros investidores para a privatização da companhia. No entanto, 59% do capital da Movicel foi transferido para duas empresas afetas a altas patentes subordinadas ao ministro de Estado e chefe da Casa Militar, general Manuel Hélder Vieira Dias Júnior “Kopelipa”, a Portmill e a Modus Comunicare [...] (MORAIS, 2012, pp 5-6).

Ainda segundo Morais (2012) o caso movicel é menor que outros mais ousados da corrupção na presidência da República. Podemos citar entre as empresas no radar da corrupção a Biocom, a Odebrecht, a estatal petrolífera Sonangol, Nazaki Oil e mais. Como lemos:

O Conselho de Ministros aprovou, a 24 de julho de 2009, o projeto Unidade Agroindustrial de Cacuso – Malanje [...] Orçado em 272.3 milhões de dólares, o projeto visa a produção de açúcar, álcool e energia eléctrica. Para o efeito, a multinacional brasileira Odebrecht, a empresa privada angolana Damer Indústria S.A e a Sonangol Holdings constituíram a Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom). As duas primeiras detêm 40% do capital social da empresa proprietária da Unidade Agroindustrial de Cacuso, ao passo que a petrolífera nacional fica com 20% das ações. [...] w

O controle privado da Presidência da República reflete, de modo cabal, a prática sistemática do Presidente José Eduardo dos Santos em enfraquecer as instituições do Estado, chamando a si todos os poderes. Por conveniência pessoal, o presidente apenas atribui poderes reais aos seus escolhidos, independentemente do cargo, garantindo, assim, a supremacia do culto de personalidade sobre as instituições do Estado. Exemplo dessa prática são os excessivos poderes atribuídos ao chefe da Casa Militar do Presidente da República, general Manuel Hélder Vieira Dias Júnior “Kopelipa”. O Estatuto da Casa Militar do Presidente da República (art. 21, 1, d) conferia ao tal general o poder de representar o Presidente da República, função essa que constitucionalmente caberia apenas ao vice-presidente da República e ao presidente da Assembleia Nacional.

De acordo com Rocha (2011) “essa covardia conduz o angolano a uma perda de esperança e a si mesmo” (ROCHA, 2011, p. 24). Consideramos pertinente considerar a ideia de que se a Presidência comporta rupturas de tal pote, é garantia que o Governo em si seja o palco da mais alta corrupção, afinal o regime do “M” troca o povo pelo dinheiro, por outro lado, a não surpresa de o governo JES ter terminado como irrefutavelmente como a cara da máfia criminosa governamental.

3.5. A sociedade atual

Esquemas de corrupção como os acima descritos são comuns, nos quais agentes privados corrompem publicamente agentes públicos, incluindo ministros; mas o contrário também é verdade: agentes públicos corrompem agentes privados. Bem, a sociedade atual se vê presa na necessidade de assim agir, podemos afirmar que a não confiança em si mesma, a realidade de vida com oportunidade parcial e a necessidade de assegurar o que ela conquista com grande esforço, está deixando o país na linha de trás enquanto outras nações africanas se

superam de seus problemas, talvez estejamos de retrocesso ao nível colonial, onde só os escolhidos podiam provar o que a riqueza nacional tem de bom. Bem, junto com Conceição podemos também considerar afirmativamente a narrativa de que o atual caos social, econômico e político de África se originou no colonialismo e está presente nas relações neocoloniais estabelecidas nos contextos interno e externo de cada país (CONCEIÇÃO, 2021, p 20).

O padrão se repete no sentido de que existe uma estratificação de classes, onde uma se submete a aceitar migalhas e outra que se beneficia no caos. O *modus operandi* do governo do “M” é sustentado pela mentalidade caduca e antipatriota dos governantes atuais que são o remanescente da colonização e guerra recém acabadas; são arrogantes, aceitam holofotes como benfeitores da pátria, mas se recusam trabalhar na luz, são patrimonialistas e por egoísmo sugam para si mesmos os recursos públicos para enriquecimento. Uma reprise colonial, o que podemos concordar com Frantz Fanon (1961) quando realça que os partidos nacionalistas, na sua grande maioria, sentem uma desconfiança das massas rurais. Essas massas dão-lhes a impressão de deslizarem na inércia e na infecundidade [...] rapidamente os partidos formam o mesmo juízo pejorativo que os colonos (FANON 1961, p. 57).

O desenvolvimento urbano, sustentabilidade e saneamento são temas que não se realizam na vida social dos angolanos, aqueles que estão sitiados em musseques, retirados de um canto para outro, expostos aos mais possíveis precários e perigosos bairros ou assentamentos. Esses são na sua maioria uma camada sem conhecimento de debate, desprovida de representatividade parlamentar, e doutrinada na dependência do estado provedor todopoderoso. Uma realidade que se estende para todo país, porém a própria capital é o centro de tal caos. A extravagância dessa realidade impele o cidadão a recorrer à gasosas (propinas) para entrar no mercado de trabalho e conseqüentemente também para se manter nele. Mais da metade da população sobrevive de emprego ambulante ou subdesemprego cujo nível de vida embora abaixo da média, não pode ser suprido pelo salário-mínimo que até 2017 estava estipulado em AKZ 21.454,10, correspondendo a R\$ 300,00 segundo a volatilidade cambial atual.

É condição fundamental de desenvolvimento criar espaços de discussão pública como "veículo de mudança social e progresso econômico" (SEN, 2000, p. 12) e oportunidades, econômicas para a população. Liberdade política e partidária, garantia da transparência administrativa e governamental, segurança protetora do Estado etc. são aspectos que necessitam estar presentes na discussão constante para superação gradual das desigualdades e do desgoverno no país.

A intolerância democrática

O governo JES era o mais híbrido possível. Do mesmo modo que jaziam os bajuladores engordando seus interesses à custa do sistema, com libertinagem e autoridade pública, também a perseguição, não só política, mas contra a liberdade de imprensa, arte e pensamento democráticos que confrontassem o regime do “M”, era tratada aos mínimos detalhes. Para vozes que se levantassem distante dos interesses do corpo político e governamental deviam escolher dois caminhos: sentar-se à mesa junto a eles ou ser considerado ameaça ao bom nome do governo. Muitos nomes foram silenciados ou perseguidos devido ao uso da verdade contra as políticas governamentais do partido no poder. Personagens como Brigadeiro 10 Pacotes; Fridolim Kamolakamwe; António Manuel da Silva «Jojó»; Luaty Beirão «Ikonoklasta»

Brigadeiro 10 Pacotes - No meado dos anos 2000, quando percebendo a grande capacidade negligenciada de Angola para se reinventar após a guerra, contando com os recursos e ascensão internacional na política externa, muitos nomes se levantaram sob influência da arte, nomeadamente a música *rap underground* (*gênero de rap de intervenção social e críticas ao governo*). Entre eles, o mais notável era o rapper e produtor musical Brigadeiro 10 Pacotes, cuja característica era seu discurso direto de fala contra o sistema usando abertamente os nomes das entidades políticas as quais acusava usando provas históricas e políticas.

Ao se avizinhar as primeiras eleições gerais oficiais após a guerra, o rapper ganhou mais protagonismo devido a influência exercida a camada juvenil, isso suscitou em grande perseguição física e intolerância como destruição e apreensão de seus CDs, planos de envenenamento, ameaças à familiares e amigos. O rapper foi dado como criminoso por “rebeldia e difamação contra o regime do MPLA”. Tal perseguição se estendeu até os anos subsequentes, no entanto, ainda na fase das eleições, houve uma baixa de perseguição contra o rapper e misteriosamente reinou a pacificação entre o indivíduo e o estado, dando até “patrocínio” e liberdade de divulgação de seu trabalho no cinema, na televisão pública que não contrariasse o sistema. Podemos dizer que o plano arquitetado envolvia passar a ideia à audiência do rapper que o tal havia sentado à mesa com o regime e que o certo é estar a favor do MPLA. Anos mais tarde, após o ter se exilado na França por medo da morte, o rapper narra o ocorrido, em uma música famosa, intitulada *Toda a Verdade*.

Fridolim Kamolakamwe - considerado por muitos o maior poeta contemporâneo de Angola, se não mesmo o que a juventude angolana já conheceu, é poliglota e com um sangue

revolucionário. É mais uma entre as vítimas do regime ditador do MPLA. Embarcou na mesma aventura que Brigadeiro 10 Pacotes. Apesar do grande protagonismo com o seu discurso poético afrontoso e nacionalista, Kamolakamwe foi perseguido silenciosamente e supostamente posto a escolher entre a bonança ou a perseguição eterna. Usando suas fraquezas sociais, o regime arquitetou formas de o calar, comprando a saúde de seus familiares, visto que o poeta sumiu dos holofotes misteriosamente e suas últimas pronúncias fazem menção a periclitante situação de saúde de sua mãe. Críticos sociais defendem que teria feito «aliança» com o regime. Escreveu extensos textos no jornal Folha 8, publicados em 2010, nos quais, entre outras questões, contou os detalhes da aventura na qual se lançara com o Brigadeiro, de relações com o regime, resultando no desastre que os originou imensos danos reputacionais. O regime conseguiu usá-los e depois descartá-los, qual lata de refrigerante que é deitada no lixo depois de consumido o líquido. Aliás, ainda que a aventura tivesse sido pessoal ou economicamente um sucesso, tal não mudaria o caso de duas figuras cuja reputação foi destruída pela corrupção do regime.

António Manuel da Silva «Jojó» - Estamos diante de um apresentador e locutor de rádio, talentoso e frontal, responsável pelo programa Njando, da Rádio despertar (Rádio da oposição). Em 2012, surpreendeu quase toda a opinião pública com a informação de que terminaria sua ligação com a Rádio, e concomitantemente – como se verificou depois – o Njando terminara. Durante uma conferência de imprensa em que acusou a direção da rádio de faltar com as suas responsabilidades para com ele, tanto em termos de segurança como em termos de assistência económica, «Jojó» (DALA, 2018, p 120). Jojó afirma:

Gostaria que os meus colegas jornalistas entendessem que não fui pago nem recebi de algum partido político um valor ou convite para abandonar a Rádio Despertar [...]O pensamento é que o «Jojó» foi pago, mas não vendo a minha dignidade; estou a sair para ver questões que têm a ver com o meu futuro, a minha progressão, o meu desenvolvimento e, sobretudo, como jovem que sou, para não envelhecer onde sei que não há condições de trabalho – (JOJÓ, 2012)

Ora, no que se refere a este caso, entendemos que de todas as formas o regime do “M” influenciou o término da carreira do locutor, quer seja por conta de perseguição física e intolerância profissional ou simplesmente pelas negociações à mesa através de somas de dinheiro.

Luaty Beirão «Ikonoklasta» - um rapper, escritor e ativista político que nos anos recentes tomou a voz do povo e junto a outros tidos como insurgentes, foram vedetas nos últimos anos devido ao curioso caso de incriminação que os pós encarcerados por quase um ano, depois de

condenados à pena de prisão de 8 anos. Ikonoklasta e os demais foram libertos através de uma amnistia.

Os 15+2 foram acusados do “crime de atos preparatórios para a prática de rebelião e atentado contra o Presidente da República ou outros membros de Órgãos de Soberania”. A acusação recaiu sobre 17 pessoas, das quais 15 estiveram em prisão preventiva e duas – ambas mulheres - em liberdade provisória. Também são chamados "Movimento Revolucionário de Angola" ou simplesmente "revús". As 17 pessoas que foram acusadas são jovens ativistas que se destacaram na organização de atos públicos e manifestações em defesa da liberdade contra o governo do antigo Presidente José Eduardo dos Santos.

A Educação

Durante o período colonial o sistema educacional era seletivo, não se esperaria algo diferente diante de uma realidade social do país, entretanto, o alto padrão de ensino continua até os dias de hoje como referência comparado ao sistema atual; ainda, o sistema educacional do período pós independência segue como referência a mais, sabendo que é nesses sistemas que se deram os grandes nomes e heróis nacionais, são tais intelectuais que são cantados nos cânticos, escritos em poemas, anunciados e honrados em manifestações contra o desgoverno, mas figurando também entre eles alguns ditos intelectuais que hoje são protagonistas do precário sistema educacional que o país enfrenta causado pelas políticas públicas.

Para compreensão de políticas públicas, concordamos com Ribeiro (202) que as define como sendo aquelas políticas ou programas criados pelos governos de modo a garantir o acesso à educação para todos os cidadãos. É através destas políticas que é possível elevar a qualidade de ensino no país”. Sendo assim, entendemos que, as políticas públicas educacionais, atuam como estratégias de médio a longo prazo, com a finalidade de melhorar o ensino, aumentando o orçamento no setor educativo, construindo mais estruturas de ensino, selecionando professores qualificados e experientes, e implementando novas dinâmicas e métodos de ensino na aprendizagem. Como afirma Francisco (2013) “o fim da guerra civil deu ao Estado angolano a possibilidade de adotar políticas públicas destinadas à plena realização do direito à educação básica dentro de um prazo razoável”. (FRANCISCO, 2013, p. 73)

Durante o governo “M” de JES foram adotadas políticas públicas diversas, no entanto a principal estratégia adotada foi a de Melhoria do Sistema de Educação de 2001 a 2015 apoiada pela Lei de Base do Sistema de Educação.

À luz de Francisco (2013) a Estratégia Integrada para Melhoria do Sistema de Educação estabeleceu metas para o ensino em Angola que projetou para o ensino primário, cujos objetivos gerais eram: alargar o acesso ao ensino de base regular, com previsão de uma taxa de escolarização de 100% no ano de 2015; melhorar a qualidade de ensino; estabelecer a formação de competência técnico-profissional (FRANCISCO, 2013, p. 78). O autor segue dizendo que essa política pública pressupunha três fases de implementação: Fase Emergencial (2001-2002); Fase de Aplicação dos Fundamentos do Novo Sistema (2002-2006); Fase de consolidação e Alargamento do Sistema (2006-2015).

a. Fase Emergencial (2001-2002) – esta fase sugeria a realização de ações referentes a necessidades primárias, isto é, reabilitação imediata do Sistema Educativo, propondo a construção de 250 escolas; recrutamento de 3.000 professores para 120.000 alunos; distribuição de carteiras, materiais didáticos.

Um projeto pouco ambicioso que embora sendo de tal dimensão, não teve cumprimento a risca dessa proposta. Dum lado a instabilidade social causada pela guerra inibiu o avanço da fase, incorrendo ao acúmulo de planos, não só pelo cenário social, mas também pela procrastinação do executivo devido ao desinteresse genuíno, doutro lado estava a má planificação, sem a consideração dos indicadores como: o abstruso custo de vida (cesta básica, água e luz); falta de segurança pública; saúde; taxas de natalidade e mortalidade. Desde o começo da fase emergencial até a fase de consolidação, a proposta sugerida pela Lei, é a que menos se cumpriu, conseqüentemente a maior característica da educação no país é lastimável situação de ainda haver, até hoje, alunos do ensino primário ao médio estudando sob a sombra de arvores, tendas de chapa de zinco, imóveis abandonados, com escassez de material técnico didático, e falta de supervisão na elaboração dos manuais ensino.

b. Fase de Aplicação dos Fundamentos do Novo Sistema (2002-2006) – fase em que as prioridades estavam direcionadas para escolarização primária, garantindo acesso à educação formal primária entre as dezoito províncias; a reorganização e gerência do Sistema e reforma dos currículos.

c. Fase de consolidação e Alargamento do Sistema (2006-2015) - a finalidade desta fase era garantir que o atingimento da taxa real de 100% em 2015 dos alunos dentro do Sistema de Educação fosse cumprido; a promoção das competências técnicas e profissionais com elemento fundamental para a reconstrução nacional; a introdução das línguas nacionais como

recurso educativo; a reintegração de 1.200.000 alunos que se encontram fora do Sistema escolar devido a guerra; a oportunidade educativa de urgência aos grupos mais vulneráveis.. (ANGOLA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001, pp. 68-69 apud FRANCISCO, 2013, p.80).

O cenário atual do sistema educacional, embrulhado em reformas constantes e ineficientes, protagoniza os piores indicadores que se podia esperar como resultado da ação estratégica mencionada. Os mecanismos aplicados não corresponderam ao propósito original da lei, visto que muitos vícios no processo foram devido ao descumprimento das obrigações governamentais apoiado nos políticos que tomavam a responsabilidade da implementação, os quais cuja interpretação de ideologia político-partidária se confundia com a obrigação de servir Angola e garantir o sucesso das políticas públicas para todos os angolanos sem exceção. Como resultado, até 2015, no índice de alfabetização dos países africanos, Angola chegou a figurar o 29º lugar com a taxa de literacia em 71,0 de acordo os dados estatísticos avançados pela plataforma de dados Index Mundi.

De acordo com Machado, (2007) O sistema educacional é formado de muitas partes interrelacionadas, interdependentes e interativas: o que ocorre em uma delas repercute nas outras. A educação só pode melhorar no seu conjunto. “Nenhuma política educacional pode produzir resultados positivos sem uma integração orgânica entre os diversos níveis de ensino, particularmente entre a Educação Básica e o Ensino Superior” (MACHADO, 2007, p. 279). Como argumenta similarmente Luiz Dourado (2007), O conceito de qualidade da educação é polissêmico: do ponto de vista social, a educação é de qualidade “quando contribui para a equidade; do ponto de vista econômico, a qualidade refere-se à eficiência no uso dos recursos destinados a educação” (DOURADO, et al, 2007, p. 12). Estamos assim dizendo que há necessidade de os projetos de melhorias de educação precisarem responder aos desafios alarmantes da sociedade, promovendo inclusão social equitativa e avanços económicos duradouros.

Saúde

Até 2017, final do governo JES, segundo o OGE (Orçamento Geral do Estado) o Serviço Nacional de Saúde do país estava estruturado em três níveis:

Primário – fazem parte os postos de saúde, hospitais municipais, estações de enfermagem e consultórios médicos. Esses centros médicos são aqueles a quem o paciente busca os primeiros contatos, como primeiros socorros e o combate aos principais problemas de saúde pública, referimo-nos à malária, cólera, sarampo, doenças virais (tuberculose e HIV) e paludismo.

No entanto, sendo esse nível o mais presente na saúde pública da população, apresenta um grande nível de insucesso e um degradante índice de efemeridade resultante do baixo investimento em profissionais, instalações adequadamente estruturadas e equipamentos. Este fato contribui maioritariamente na taxa de mortalidade de idosos e crianças.

A mortalidade infantil é um fenómeno multidimensional que influencia uma série de fatores inter-relacionados, como a condição socioeconômica da família, e nutrição materna e infantil, vacinação infantil, educação e informação dos pais, condições sanitárias etc. A complexidade desse fenómeno, correlacionada à pobreza, faz com que a mortalidade infantil e juvenil sejam um Indicador obrigatório do Índice de desenvolvimento Abrangente. A taxa de mortalidade das crianças é a quarta meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM 4). Alvo A meta estabelecida em 2010 era reduzir o número de crianças menores de 5 anos em dois terços até 2015. (RELATÓRIO FINAL CPLP ANGOLA, 2017, p. 11)

Secundário - inclui os hospitais provinciais gerais e monovalentes. São essas as instituições sedes e funcionam como centros de medicina geral onde maior parte dos casos de efemeridades são as que não puderam ser combatidas em postos médicos regionais.

Terciário – neste incluem os hospitais centrais e especializados. Geralmente localizados na capital, o que sugere uma centralização de serviços de saúde. É onde os serviços cirúrgicos são mais pontuais e em alguns casos únicos, suscitando transferências ou evacuações de doentes.

Em tais centros, a dualidade é bem acentuada. Num lado temos o serviço público de direito e noutro público privativo seletivo. Frequentes casos de negligência médica vitimando pacientes comuns e de tratamento privilegiado preferencial são razões de inacessibilidade abrangente e as vezes preferenciais de os cidadãos se recusarem serviços prestados nesses centros médicos.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2025 (PNDS, 2014), Angola possuía um total de 2.356 unidades sanitárias. A maioria dessas unidades eram postos de saúde básicos e sem condições para fornecer um conjunto completo de serviços, ou não operacionais. No entanto, assim como hoje, apresentava um grande défice em termos de infraestrutura e serviços de saúde, quer nas zonas periurbanas quer nas zonas rurais. As unidades. Tradicionalmente as operações sanitárias são em três níveis territoriais: central, provincial e municipal (PND, 2014)

Nível central - o Ministério da Saúde (MINSA) é o principal responsável pelo fornecimento de recursos materiais e monetários nacionais, pela implementação das políticas e planos de saúde do Governo.

Segundo a Visão Geral da UNICEF para a proposta do OGE 2017 (Orçamento Geral do Estado) O Ministério da Saúde controla quase um terço do orçamento total para a Saúde. 52,4% do orçamento é distribuído através das províncias. O que de certa forma indicava que o sector da Saúde tivesse um grau elevado de desconcentração através das delegações provinciais.

Nível local - os governos provinciais, através da Direção Provincial de Saúde, são os responsáveis pelos hospitais provinciais, monitorizando as despesas ligadas ao orçamento provincial.

Nível municipal – as responsabilidades são entregues às administrações municipais que fazem a gestão através dos departamentos de saúde, encarregados de gerir todas as atividades ligadas ao saneamento e saúde pública.

O sistema nacional de saúde conheceu uma evolução histórica caracterizada por dois períodos distintos, o período colonial e o período da independência. Este último, subdividido em duas fases: da economia planificada e da economia de mercado.

É urgente que o Governo de Angola dê maior prioridade ao sector da Saúde para a melhoria das condições de vida dos mais vulneráveis, tendo em conta os grandes desafios que o país ainda enfrenta neste domínio. O investimento no sector da Saúde é uma aposta no bem-estar dos cidadãos e no futuro do país. Em Angola, a atribuição ao sector da Saúde permanece ainda muito limitada, baixando para 4,4% do OGE em 2016, para 4,2% em 2017, tornando Angola um dos países do continente que investe a percentagem do OGE mais baixa neste setor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um país é um reflexo da classe dirigente e suas crenças. Sua estruturação administrativa e política deve significar liberdade para os cidadãos e ser fundamentada na conquista e aumento de espaços de atuação dos indivíduos e coletividades, independentemente de seu viés partidário, cultural ou ideológico.

O estudo mostrou como o subdesenvolvimento político-democrático e socioeconômico de Angola está ligado inteiramente ao caráter individual do regime, nas figuras dos dois mandatários. De um lado temos o ovacionado como “o maior presidente do país ou pai da nação”, cujo governo foi caracterizado fortemente por uma sessão de conflitos políticos dentro e fora do partido, as vezes sem arbitragem e doutro temos o substituto bajulado como “arquiteto da paz e da reconciliação nacional” com um dos mais longos e corruptos governos da África, ambos pela mesma política sustentada por uma visão muito própria ou oportunista do que chamavam de regime Marxista-leninista. É interessante notar o heroísmo que lhes é atribuído, o que ultrapassa o mérito da palavra, visto que dentre os heróis de libertação, pacificação e unidade do país, na prática, não se deve como seres individuais. São eles heróis feitos sob o martírio de seus próprios compatriotas, aos quais acusam de traição por pensarem diferente ou exigir melhoria de condições de vida para os angolanos.

Observando atentamente, o estudo sobre a política interna de Angola durante o primeiro governo, a administração Neto 1975-1979, objetivou necessariamente evidenciar a gênese da política ditatória, os seus autores, com destaque para o papel central do presidente na condução do país. O MPLA se firmou através de atrocidades camufladas no discurso patriótico de reconstrução da dignidade dos angolanos, algo que foi bem fácil de executar devido aos interesses comuns doutros “intelectuais” do mesmo partido que não puderam competir com Neto por não terem tido as mesmas influências políticas, as que eram resultado da barganha dos recursos do país com o suporte político e administrativo português.

Olhando para o governo JES, vemos uma versão melhorada, mais ambiciosa e calculista do governo Neto. Tal como Neto, JES ganhou relevância no meio político através do uso da força e do apadrinhamento; corrupção a céu aberto, concessões de privilégios e repartição do recurso público com os que de certa forma arriscariam sua soberania. Entendemos que, na ausência dessas “vantagens” não haveria ambiente propício para uma perpetuidade de poder do MPLA, isso considerando desde as primeiras eleições em 1992. A falta de uma governação

digna e que nada temesse, resultou em um sistema público decadente, uma economia falsa, um aparelho do Estado incompetente e conseqüentemente uma sociedade jovem audaciosa, imediatista e desorientada do seu próprio futuro e o da nação. O governo MPLA, protagonizado por JES, mutilou as mentes e mentalidades dos jovens com bebidas alcoólicas, festas e farras, através das políticas públicas socioeconômicas e de consumo. O poder de aquisição cada vez mais baixo. Os bens básicos, como a cesta básica alimentar, são mais caros que as bebidas alcoólicas e outras drogas. É de fato um trabalho estrondoso projetado para tragar o poder de pensamento libertário, o que gerou a aceitação de que o MPLA é o único que deve suprir os anseios da sociedade, logo, a geração dependente e cautelosa de entrar em debate com o governo.

Num olhar distante, poderíamos concluir que com a série de modificações administrativas do governo e a recuperação da terra para o nativo bantu, nasceria uma Angola independente, rica, não só de recursos naturais, mas de justiça, qualidade de vida, democracia, união e sobretudo irmandade. Entendemos assim, que a saga continuará enquanto o regime MPLA estiver no comando do país, pois aqueles que, ainda que jovens, abraçarem a história, a ideologia partidária do M, deverão andar nos mesmos trilhos que os dois mandatários construíram, isso os garantiria segurança no poder e o esquivamento ao linchamento público e partidário.

Como nos referimos nos capítulos anteriores, os dirigentes que ainda detêm o poder executivo, são homens que viveram diretamente do regime colonial, no entanto, a reprodução agressiva e retrógrada da administração pública é inseparável. Como salienta Conceição (2020) “Se o povo continua colonizado, os governantes se comportam como os próprios colonizadores, beneficiando-se dos recursos do país”. Isso leva-nos a considerar que a mudança de cenário na realidade angolana tem grandes chances de ocorrer apenas quando os atuais líderes não estiverem mais na ativa, afinal, não só o grupo contaminado de corrupção, mas também a sua mentalidade rude são fatores de decadência do país. Então, estamos falando de uma “re-descolonização” e que podemos esperar outras violências, semelhante à previsão de Fanon sobre processos do gênero, quando afirma “a descolonização é sempre um fenômeno violento” (FANON, 1965, p. 18).

REFERÊNCIAS

- ANGOLA, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial. **PND - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017**. Angola, 2012.
- ANGOLA, Ministério das Finanças. **OGE – Orçamento Geral do Estado**, Angola: 2017
- CASCUDO, Fernando Luiz da Câmara. Angola: A guerra dos traídos. Rio de Janeiro, Bloch Editores S A, 1979
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; da SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007
- CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa. **O empobrecido país rico: uma análise histórica sobre a vulnerabilidade institucional em Angola**. São Paulo, 2021.
- DALA, Nuno Álvaro. **Desenvolvimento Humano em Angola de 2002 a 2017: 15 Anos de Paz e de Má Qualidade de Vida**. Relatório. Luanda: Independente, 2018.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida (Org.). **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Inep/MEC, 2007.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra (Serafim Ferreira, trad.)**. Lisboa: Ulisseia, 1961/1965.
- FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 2, Nov, 2009, p. 386-421
- FRANCISCO, Alberto. **A política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Unb, Brasília, 2013.
- GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz: Angola e as suas transições**. Dissertação de Doutoramento Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, 2009.
- GOULART FILHO, Alcides; CHIMBULO, Avelino Euclides da Silva. **Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, 2014.
- JORGE, Manuel. **Para compreender Angola**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- LIBERATO, Ermelinda. **O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois**. Universidade Agostinho Neto, Luandadou, 2015.
- MACHADO, Nilson José. **Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança. Estudos Avançados**: Revista da USP, São Paulo, 20107

- MARQUES, Inácio L. **Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MOMA, José Abel. **Os Estados da Linha da Frente e a Gestão de Ameaças na África Austral.** Luanda: Mayamba, 2012.
- MORAIS, Rafael Marques. **Presidência da República: O Epicentro de Corrupção em Angola. Relatório.** Luanda: Independente, 2012.
- NETO, Agostinho. **Discurso de Proclamação da Independência de Angola.** In Manoel, Jones & Landi, Gabriel (org.). **Revolução Africana: uma ontologia do pensamento marxista.** Autonomia Literária, 1975/2020.
- OLIVEIRA, Ricardo S. **Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War.** Reino Unido: Oxford University Press, 2015.
- RIBEIRO, Maria C. P. **Nascimento e morte do poder popular em Angola (1974-1977)** [Trabalho completo]. In Instituto Multidisciplinar UFRJ (Org.). **Entre o local e o global, XVII Encontro de História da Anpuh-Rio.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Lisboa: L'Ouverture Publications, 1972/1975.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 1999/2000.
- SERROTE, Wilton Pedro. **Política econômica de Angola: uma análise as transformações observadas na economia angolana no tempo da guerra ao tempo da paz.** Dados de África, | Vol.01 | Nº. 01 | Ano 2020
- VAN- DUNÉM, Afonso et al. **História do MPLA, Volumes I e II,** Luanda: Editora CDIH, 2008.
- VIANNA, L. W. **Weber e a interpretação do Brasil.** Novos Estudos, CEBRAP, n. 53, 1999
- VIDAL, Nuno de Fragoso. **O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista.** Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 815-854, set - dez. 2016
- WORLD BANK. **Poverty and Equity Global Practice: Africa Region.** Washington, DC: Author, 2020.